



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

163

ACÓRDÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº



Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0053100-21.2010.8.26.0000, da Comarca de São José dos Campos, em que são apelantes EMPRESA DE ÔNIBUS SÃO BENTO LTDA e SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS sendo apelados MARIA DOROTEA SERPA RAMOS (JUSTIÇA GRATUITA), MAGALI SERPA RAMOS e EVERTON SERPA RAMOS.

ACORDAM, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DERAM PROVIMENTO EM PARTE AOS RECURSOS. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ARTUR MARQUES (Presidente sem voto), MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO E JOSÉ MALERBI.

São Paulo, 20 de junho de 2011.

MELO BUENO
RELATOR



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
35ª CÂMARA
APELAÇÃO SEM REVISÃO Nº 0053100-21.2010.8.26.0000

COMARCA: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

APELANTES: EMPRESA DE ÔNIBUS SÃO BENTO LTDA. (litisdenunciante); SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (litisdenunciada)

APELADOS: MARIA DOROTEA SERPA RAMOS; MAGALI SERPA RAMOS CARVALHO; EVERTON SERPA RAMOS

VOTO Nº 21207

ACIDENTE DE VEÍCULO – INDENIZAÇÃO – Atropelamento com morte do pedestre – Culpa definida em instância criminal - Danos materiais e morais cabíveis – Manutenção dos danos morais arbitrados – Redução dos danos materiais, a título de pensão à viúva e ao filho menor - Equivalência a 2/3 do salário mínimo e até quando o falecido completasse 65 anos – Alteração do estado civil da viúva que não altera o seu direito à pensão – Incidência da Súmula nº 490-STF, para a correção monetária das pensões vencidas – Sucumbência da litisdenunciada – Descabimento - Seguradora que não se opõe à litisdenunciação – Direito da seguradora de abater o valor da franquia para fins de indenização ao segurado - Ação parcialmente procedente e lide secundária procedente – Recursos parcialmente providos.

Apelações interpostas contra a r. sentença de fls. 248/255 - e integrada às fls. 323/325 devido à oposição de embargos declaratórios -, que julgou parcialmente procedente ação de indenização por danos materiais e morais decorrente de acidente de trânsito resultando em morte do pedestre atropelado, bem como julgou

mt.



procedente a denúncia da lide feita à seguradora pela ré São Bento. A coapelante São Bento suscita ocorrência de prescrição; redução da pensão para 2/3 de um salário mínimo a ser pago até a data em que o falecido completaria 65 anos e enquanto a viúva não alterar o seu estado civil; pagamento das prestações vencidas de acordo com a Súmula nº 490-STF; redução da verba indenizatória moral e fixação do termo inicial a partir da sentença, para fins de correção monetária; condenação da litisdenunciada aos ônus sucumbenciais pela formação da lide secundária; e, pagamento da pensão por meio de inserção em sua folha de pagamento.

A seguradora litisdenunciada recorre da decisão alegando culpa exclusiva da vítima, bem como o abatimento do valor correspondente à franquia obrigatória para fins de indenização do segurado.

Os recursos (fls. 259/275; 329/335), que são tempestivos, foram regularmente processados e respondidos (fls.343/350).

É o relatório.

Os recursos merecem parcial acolhida.

Preliminarmente, afasta-se a questão sobre a prescrição da pretensão dos apelados. Apesar de o acidente que vitimou o marido e pai dos apelados ter ocorrido em 08.05.01 (fls. 25), e a ação ter sido proposta em 25.07.07 (fls. 02), o prazo prescricional sequer iniciou-se devido à apuração dos fatos no juízo criminal, nos termos do art. 200, do CC. Com efeito, o trânsito em julgado da ação penal, que culminou na condenação do preposto da coapelante São Bento (fls. 51/54), deu-se apenas em 06.04.09, com o trânsito em julgado para a defesa após a prolação do v. acórdão que negou

mt



provimento ao apelo do réu¹; ou seja, referida decisão criminal ocorreu após a própria propositura da presente ação. Nesse passo, descabido rediscutir quanto à questão da responsabilidade pelo evento danoso, eis que a culpa do preposto da coapelada São Bento já restou comprovada em sede criminal, nos termos do art. 935, do CC.

Deste modo, o direito dos apelados de se virem ressarcidos tanto na esfera patrimonial quanto moral é totalmente legítimo pelo ato ilícito em questão, nos termos do art. 186 do CC.

Os danos morais arbitrados, no valor equivalente a cinquenta salários mínimos vigentes à data da prolação da r. sentença, não merecem modificação, uma vez que arbitrados dentro de parâmetros razoáveis e proporcionais, não obstante estejam aquém do que esta C. Câmara fixa em caso de acidente de trânsito que resulte em morte da vítima². Ressalte-se que a correção monetária, para esta verba, incide a partir da data da r. sentença (08.01.09), enquanto os juros de mora incidem a partir do evento danoso (08.05.01), incidindo 0,5% ao mês até janeiro de 2003 e, após, 1% ao mês, e nos termos das Súmulas 362 e 54 do C. Superior Tribunal de Justiça.

Contudo, os danos materiais, pleiteados na forma de pensão à viúva e ao filho Everton - menor à época dos fatos (16 anos) -, deve ser modificada. Com efeito, devido à falta de esclarecimentos quanto ao efetivo valor que o falecido recebia por sua atividade laboral, fixa-se a pensão ao equivalente a 2/3 de um salário mínimo, uma vez que o outro 1/3 haveria de ser utilizado para a subsistência do próprio falecido. Reduz-se, ainda, o pagamento da

¹ Apelação criminal nº 993.07.035453-4, 14ª Câm. Dir. Crim., Rel. Des. Enio Móz Godoy, j. em 06.11.08.

² Esta C. Câmara costuma arbitrar em duzentos salários mínimos vigentes (R\$109.000,00) em caso de morte decorrente de acidente de trânsito. No caso vertente, dada a não-intenção dos

pet



pensão mensal até a data em que o falecido completaria 65 (sessenta e cinco) anos, eis que condizente com a expectativa de vida média do homem brasileiro, além de que tais parâmetros buscam retratar a realidade da família brasileira. A propósito confira-se:

“CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ATROPELAMENTO FATAL. MORTE DE MENOR. FAMÍLIA DE BAIXA RENDA. PENSIONAMENTO DEVIDO. PERÍODO. REDUÇÃO DO VALOR PARA 1/3 APÓS OS 25 ANOS DE IDADE DA VÍTIMA. DANO MORAL.RAZOABILIDADE. I. Em se tratando de família de baixa renda, é devido o pensionamento pela morte de filho menor em acidente causado por coletivo da empresa ré, equivalente a 2/3 do salário mínimo dos 14 anos até 25 anos de idade da vítima, reduzido para 1/3 até a data em que o de cujus completaria 65 anos. II. Manutenção do valor fixado a título de danos morais, por não se verificar excesso, na espécie. III. Recurso especial conhecido e parcialmente provido³”.

Ressalte-se que o pagamento das parcelas vencidas a título de pensão mensal tanto à viúva quanto ao coapelado Everton – até o período em que este completasse 18 anos, ocasião em que seu 1/3 passa a acrescer a pensão de sua mãe -, haverá de obedecer à Súmula nº 490 do E. Supremo Tribunal Federal, de modo que se utilizará o valor do salário mínimo vigente à época do efetivo pagamento como parâmetro de atualização deste montante; quanto às parcelas vincendas, a sua correção monetária contará do seu vencimento em caso de mora dos devedores, e cuja periodicidade será fixada pelo Magistrado do juízo da execução, assim como a ele

autores de recorrerem, tem-se como razoável a verba então fixada na r. sentença. Confirmam-se os julgamentos das apelações nº. 992.07.041192-0 e 1130554-00/4, à guisa de exemplo.

³ STJ, REsp 653597/AM, Rel. Min. Castro Meira, j. em 24.08.04.

mt



também deverá ser dirigido o pedido referente à inserção dos beneficiários em sua folha de pagamento.

Descabida a alegação de que novo casamento ou união estável da coapelada viúva implicaria a cessação automática da obrigação dos apelantes em pagar-lhe pensão mensal. Pois, de acordo com o art. 948, II, do CC, o único critério legal estabelecido para a cessação da prestação de alimentos é a expectativa de vida do falecido e não a nova união da pessoa viúva.

Não prospera a condenação da apelante seguradora pelos ônus sucumbenciais decorrentes da lide secundária, pois esta não se opôs à própria denunciação da lide tendo, inclusive, se portado como litisconsorte do seu segurado. Esse é o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça:

"Se não há resistência da denunciada, ou seja, vindo ela a aceitar a sua condição e se colocando como litisconsorte do réu denunciante, descabe a sua condenação em honorários pela denunciação. Caso contrário, se a denunciada enfrenta a própria denunciação e é vencida, responde pela verba advocatícia⁴".

Por fim, a apelante seguradora faz jus ao abatimento da franquia, no valor de R\$500,00, para fins de indenização securitária da apelante São Bento, eis que há expressa previsão na apólice contratada (fls. 201/202).

Deste modo, a r. sentença deve ser reformada, para que o pagamento da pensão mensal seja reduzido a 2/3 (dois terços) do salário mínimo vigente no período de cobrança,

⁴ REsp nº. 142.796-RS, 3ª Turma, Rel. Min. Pádua Ribeiro, DJU 04.06.04, p. 215.

ser



bem como o termo final ocorra quando o falecido completasse 65 (sessenta e cinco) anos de idade, além das outras determinações acima mencionadas; também, a apelante Sul América, seguradora da apelante São Bento, poderá abater a quantia de R\$500,00 (quinhentos reais), a título de franquia contratual, quando do pagamento da indenização securitária a que esta foi condenada na lide principal. No mais, a decisão de primeiro grau resta mantida, por seus próprios fundamentos.

Ante o exposto, **dou parcial provimento aos recursos.**

FERNANDO MELO BUENO FILHO
Desembargador Relator